

O USO ARGUMENTATIVO DAS NÃO COINCIDÊNCIAS DO DIZER¹

Mariza Angélica Paiva Brito²

marizabrito02@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo propor uma abordagem retórica das marcas linguísticas das heterogeneidades enunciativas, interpretando as não coincidências do dizer no texto. Para este estudo, as teorias convocadas foram as Heterogeneidades Enunciativas, de Authier-Revuz (1982, 1998); a Nova Retórica, de Perelman-Tyteca (1996) e as funções discursivas de Charaudeau e Maingueneau (2004). Toma-se como critérios de análise as heterogeneidades definidas por Authier-Revuz (1982) como mostradas marcadas que se manifestam no texto como não coincidências do dizer. As heterogeneidades enunciativas desempenham funções argumentativas distintas, mas elas ainda não foram descritas, por isso propomos que as não coincidências do dizer possam ser analisadas do ponto de vista retórico. Para testar essa hipótese, utilizamos um exemplário de 30 artigos de popularização da ciência, coletados da Revista Nova Escola. Concluímos que a argumentação varia conforme a posição assumida pelo locutor em seu texto, fazendo com que ele tenha que lidar com diferentes vozes, marcadas por não coincidências do dizer, para se proteger de julgamentos do interlocutor e se tornar, assim, mais persuasivo. As etapas da pesquisa foram assim definidas: localizamos os trechos com estruturas de não coincidências do dizer; analisamos o contexto discursivo em que elas aparecem e interpretamos a que finalidade argumentativa elas se prestam.

Palavras-chave: não coincidências; argumentação retórica; popularização da ciência.

INTRODUÇÃO

Authier-Revuz (1990) elege dois tipos de heterogeneidades, denominadas de *constitutiva* e *mostrada*, para designar o fenômeno de linguagem em que o

¹ Esta pesquisa recebe o apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

² Professora do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e do Curso de Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Pesquisadora da FUNCAP; Líder do Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (GELT/CNPQ); Vice-líder do Grupo de Pesquisa Protexto.

distanciamento entre as enunciações, a divisão das vozes discursivas e a clivagem do sujeito-enunciador aparecem como fatos marcantes no uso da linguagem verbal.

Sabemos que toda ação humana está intimamente relacionada ao uso da linguagem, que governa de alguma forma os princípios da vida em conjunto, e viver em conjunto significa, em alguma medida, “misturar-se” com o outro. Estudar o fenômeno linguístico transforma-se em estudar o próprio ser humano em toda a sua dimensão social e as relações que aí se estabelecem – entre essas relações estão a alteridade e o uso da linguagem para influenciar o outro –, ao passo que compreender os vários eventos que se inscrevem nesse fenômeno é fornecer um aparato que beneficiará os usuários da língua, tornando-os mais competentes na efetivação da linguagem e conseqüentemente nas relações sociais. Um fenômeno de tais proporções não poderia ser estudado sem que o compartíssemos de forma tal que o estudo viesse a incidir não sobre o fenômeno ‘linguagem’ propriamente dito, mas sobre os eventos que cada ato de linguagem comporta. Dessa forma, os vários estudos dos eventos poderão, uma vez reunidos, dar uma visão ampla do fenômeno em seu todo. Com base nessa compreensão e entendendo que a materialização dos eventos de linguagem em entidades textuais é heterogênea em sua própria natureza, escolhemos estudar as não coincidência do dizer – um dos modos de representação da heterogeneidade enunciativa. Especificamente, nosso objeto de estudo são as relações entre as não coincidência do dizer e a argumentação. A escolha desse objeto se deu porque a seleção de marcas de heterogeneidade enunciativa sinaliza, a nosso ver, para certos propósitos argumentativos. Ao assumir os postulados de Authier-Revuz (1982;1990; 1998; 2004) sobre a heterogeneidade enunciativa, assumimos que a linguagem é o ambiente do não-Um, do heterogêneo, do múltiplo, do plural, da alteridade, do “outro”.

Partimos do pressuposto de que as heterogeneidades enunciativas podem cumprir funções distintas no texto, relação que teve origem em Fonseca (2011). Para o autor, as marcas de heterogeneidades enunciativas podem ser observadas sob o prisma da argumentação, a fim de que se analisem as diversas funções que podem exercer no texto. Entendemos que as não coincidência do dizer, um tipo especial de heterogeneidade, podem, desse modo, ser interpretadas como estratégias argumentativo-retóricas utilizadas pelo locutor, pois desempenham diferentes funções nos textos.

Authier-Revuz (1982, 1998, 2004) descreve as formas linguísticas da heterogeneidade como inúmeras possibilidades de manifestação lexical para nomear um único “elemento do real” da maneira mais adequada possível. Em vez de tratar da nomeação dos “elementos do real”, lidaremos, no âmbito da Linguística Textual, com a nomeação de referentes, com reelaborações da realidade.

Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar as funções argumentativas do sentido em textos de popularização da ciência, examinando as não coincidências do dizer, vistas, aqui, como marcas que servem à construção argumentativa do texto e do discurso.

1. AS HETEROGENEIDADES E AS POLIFONIAS

O termo heterogeneidade foi cunhado por Authier-Revuz em oposição à noção de polifonia bakhtiana e à de polifonia ducrotiana. Segundo Teixeira (2005), Authier-Revuz se filia a Benveniste, é influenciada por Bakhtin e se distancia de Ducrot. Esse distanciamento da polifonia de Ducrot foi necessário, principalmente, porque a polifonia ducrotiana não diz respeito à noção de discurso do outro, mas são pontos de vista, com os quais o locutor interage. A polifonia só existe quando pensada do lugar dos enunciadores, os quais não são concebidos como sujeitos de atos ilocutórios porque não falam.

Segundo Authier-Revuz, um dos modos de rejeitar a heterogeneidade é diluir o objeto da linguística ou no social, ou no psicológico, ou no biológico, como o fazem algumas teorias. Outro modo de rejeição da heterogeneidade seria o do fechamento à exterioridade pela suposição da autonomia do campo da linguística, e este é o principal ponto em que a autora rompe com Ducrot. Segundo Teixeira (2005), Authier-Revuz critica Ducrot exatamente pela ausência de explicitação de uma exterioridade teórica para a linguística, o que o faz defender uma concepção intralinguística do sentido, apreendido como uma representação que um enunciado traz em si mesmo de sua enunciação: a abordagem ducrotiana promove uma espécie de “proteção” do objeto contra a “contaminação” externa, um reforçamento de fronteiras, que vem restaurar a homogeneização (imaginária) de um campo heterogêneo em sua essência. Authier-Revuz ressalta o caráter fantasmático dessa pretensão à “pureza linguística”. (Teixeira, 2005, p.138).

Conforme Teixeira (2005), o pensamento de Authier-Revuz converge para o de Benveniste em três pontos fundamentais: o primeiro é o da propriedade reflexiva da língua, na medida em que o linguístico se coloca em relação privilegiada entre os sistemas semióticos; o segundo é o reconhecimento de que há na língua uma ordem própria, sem com isso rejeitar o que é da ordem do discurso; e o terceiro ponto, que, para nós, interessa particularmente, é a indicação de que certas formas na língua (pronomes pessoais, performativos, tempos verbais e delocutivos) são as marcas da presença de uma exterioridade que foi excluída no ato mesmo da fundação da linguística. Milner (1982) afirma que essas formas são sinais, na língua, do que lhe é radicalmente outro. Deste modo, a autora destaca a importância da abertura à exterioridade para os estudos da linguística. A convocação de exteriores, por si só, já confere um diferenciamento radical entre os pressupostos de Authier-Revuz e as outras Linguísticas da Enunciação. Os exteriores teóricos a que a autora recorre são o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise de Lacan. Para ela, o campo da enunciação é marcado por uma heterogeneidade teórica que reconhece como inevitável a intervenção, na descrição dos fatos da língua, de escolhas estranhas à linguística como tal, que dizem respeito ao sujeito e à sua relação com a linguagem. Isto quer dizer que a heterogeneidade, a incompletude, a clivagem, o não-Um são constitutivos de toda enunciação.

1.1 OS EXTERIORES TEÓRICOS

Authier-Revuz (1990), ao propor a heterogeneidade como constitutiva da linguagem, articula este conceito à noção de dialogismo bakhtiniano, focalizando, de modo especial, o lugar que Bakhtin confere ao outro no discurso. Segundo a autora, por trás de uma aparente linearidade, da emissão ilusória de uma só voz, outras vozes ecoam. O diferencial entre a teoria bakhtiniana e a proposta por Authier-Revuz está relacionado à incorporação, por parte desta última, da psicanálise freudo-lacanianana – a noção de inconsciente – à sua noção de heterogeneidade.

Esta é a razão pela qual é a abordagem teórica da autora sobre o caráter “polifônico” ou heterogêneo da fala que se aplica melhor à nossa pesquisa, e não a concepção de dialogismo descrita por Bakhtin, inteiramente voltada para o entrecruzamento de vozes representativas de diferentes ideologias.

Authier-Revuz concebe a sua abordagem em torno de um sujeito estruturalmente clivado pelo inconsciente, por outras vozes, diferentes das vozes do “outro de Bakhtin”:

O outro de Bakhtin, aquele dos outros discursos, o outro interlocutor, pertence ao campo do discurso, do sentido construído, por mais contraditório que seja, em discurso, com palavras “carregadas de história”; o Outro do inconsciente, do imprevisto do sentido, de um sentido “desconstruído” no funcionamento autônomo do significante, o Outro que abre uma outra heterogeneidade no discurso – de uma outra natureza – que não aquela que estrutura o campo do discurso para Bakhtin, está ausente do horizonte deste. Há aí uma radical heterogeneidade, que parece ser recusada, nessa teoria da heterogeneidade que quer ser dialogismo (Authier-Revuz, 1998:43).

A convocação desses dois exteriores justifica-se pelo fato de que ambos, em bases diferentes, questionam radicalmente a imagem de um locutor, fonte consciente de um sentido que ele traduz nas palavras de uma linguagem, e a própria noção de linguagem como instrumento de comunicação ou como ato que se realiza no quadro das trocas verbais. Desta forma, os dois pontos de vista, tanto do dialogismo, quanto da psicanálise permitem articular uma teoria da heterogeneidade linguística a uma teoria do descentramento do sujeito.

Na teoria bakhtiniana, é dada a possibilidade da ancoragem necessária da heterogeneidade do locutor e do discurso. O dialogismo bakhtiniano faz da interação com o discurso do outro o princípio constitutivo de qualquer discurso. Authier-Revuz toma esse princípio em duas diferentes concepções: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos, referidos, sob a ótica da autora, com os termos “interação e discursividade” (1982:140). No primeiro modo, o dialogismo não se reduz ao diálogo face a face, pois o que Bakhtin propõe é uma teoria da dialogização interna do discurso. Na concepção do autor, a comunicação é muito mais que a transmissão de mensagens. O discurso não é nunca individual, pois, em cada enunciado, em cada palavra, ressoam duas vozes, a do eu e a do outro. Isto é, o dialogismo traz a ideia de que o discurso não se constrói a não ser pelo atravessamento de uma variedade de discursos, as palavras sendo já “habitadas” por outras e assim *ad infinitum*. Para Bakhtin, não há palavras neutras, todas as palavras estão fatalmente carregadas, atravessadas pela alteridade. Todo discurso se encontra diretamente determinado por uma resposta antecipada: “Ao se construir na atmosfera do já-dito, ele se orienta tanto para o espaço interdiscursivo como para o discurso-resposta que ainda não foi dito, mas foi solicitado a surgir, sendo já esperado” (Bakhtin, 1993:89).

Sabemos que a reflexão acerca do dialogismo extrapola o âmbito do estudo das formas e dos gêneros literários, tendo muito a dizer às teorias do discurso e do sentido. Consoante Authier-Revuz (1982), esse conceito faz da interação com o discurso do outro a lei constitutiva de todo discurso. Esse outro a que Bakhtin se refere não é nem o duplo de uma interação face a face, nem o diferente, mas é aquele outro que atravessa constitutivamente o um, aquele que representa uma voz identificada a ideologias. O outro de Bakhtin é eminentemente oposto ao outro instituído pela psicanálise. A psicanálise é trazida para o escopo teórico da autora pela dupla concepção que apresenta de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido em sua estrutura.

Conforme Teixeira (2005), a palavra, supostamente capaz de carregar em si uma intenção consciente que possibilita a comunicação efetiva, frequentemente erra o alvo, tropeçando, falhando, de modo a quebrar a continuidade lógica do pensamento e dos comportamentos da vida cotidiana. Essas falhas, geralmente atribuídas ao acaso, estabelecem rupturas no discurso, levando o falante a interromper o fluxo normal da conversa para pedir desculpas, tentar reformular, apagar ou diluir seus efeitos. Esses desvios, nomeados por Freud (1901, 1905) de “atos falhos”, que se apresentam sob a forma de lapsos, falsa leitura, falsa audição, perda, certos erros, etc. e ainda podem ser detectados através de certos fenômenos psíquicos, como nos sonhos, nos sintomas neuróticos e nos chistes, mobilizou, de modo particular, a atenção de Authier-Revuz, na medida em que a psicanálise mostra que, atrás da linearidade da emissão por uma única voz, faz-se ouvir uma pluralidade de vozes - a descontinuidade: o discurso sendo constitutivamente atravessado pelo discurso do O/outro. Esses tropeços assinalam a revelação de um desejo inconsciente, ao mesmo tempo em que são o atestado de um inconsciente estruturado como uma linguagem.

Podemos resumir na seguinte fórmula essas constatações da autora:

$$HE = DB + SD$$

A fórmula recorre aos dois exteriores teóricos a que Authier-Revuz apela para justificar a sua heterogeneidade: HE (heterogeneidade enunciativa) é igual a DB (dialogismo bakhtiniano) mais SD (sujeito dividido da psicanálise freudo-laciana).

Disso tudo, podemos chegar à seguinte constatação: não é somente o discurso que é perpassado por diferentes vozes, mas o próprio sujeito que o profere. O sujeito da psicanálise é clivado, de forma que a linguagem em si se torna não UM.

2. A DUPLA HETEROGENEIDADE E AS NÃO COINCIDÊNCIAS DO DIZER

O ponto nodal das heterogeneidades enunciativas, para Authier-Revuz (1982), é a constatação de que *sempre nas palavras outras palavras são ditas*, e é a própria estrutura material da língua que permite a escuta dessas ressonâncias – não intencionais, saliente-se - que rompem a suposta homogeneidade do discurso. Dessa forma, a linguagem é duplicada em uma outra cena pela própria linguagem, e isso se deixa surpreender na linearidade, através de rupturas, choques e desvios. Assim, o discurso deixa de ser apenas explícito e passa a ter o peso de um Outro, que ignoramos, ou recusamos, aquele cuja presença permanente emerge sob a forma de uma falha.

A grande sacada de Authier-Revuz deu-se na junção desses exteriores, a partir dos quais a autora elaborou duas maneiras de a heterogeneidade se mostrar na enunciação: 1. por meio da heterogeneidade mostrada marcada e 2. por meio da heterogeneidade mostrada não marcada.

A autora investiga as formas de heterogeneidade nas mais diversas configurações e nos mais diversificados níveis de análise, caracterizando o que chamou de “metaenunciação reflexiva”. A metaenunciação aparece no fio do discurso, na linearidade sintática, como um momento pontual da enunciação através do qual o sujeito se deixa revelar como dividido. Desta forma, nasceu o que ela denominaria de “opacificação³ das palavras”.

É na modalização autonímica que “uma redefinição (que opera, entre outros, um deslocamento para um ponto de vista enunciativo) como modo de dizer (opondo ao modo de dizer "simples" de um elemento X, que remete a um referente x, o modo complexo de uma reflexividade opacificante, de forma que a nomeação do referente x se efetue fazendo intervir, de alguma forma, o autônimo X', homônimo de X)” (Authier-Revuz, 1998:15)

Authier-Revuz mostra que opacificar a palavra é complexificá-la, ou seja, é retirar a palavra de um modo de dizer simples a um modo de dizer complexo. A

³ Opacificação enunciativa é um dos efeitos provocados pela modalização autonímica que consiste em uma demonstração de que o sentido da enunciação em curso não é óbvio, isto é, não é transparente a(o) sujeito(s)-enunciador(es). Rey-Debove (1978) apresenta esse princípio com o signo linguístico em si e diz, ao pé da letra: “tome um signo, fale dele e temos uma opacificação”.

autora designa esse fenômeno como “conotação autonímica”. Por exemplo, em uma frase do tipo:

(1) *A palavra “boneca” tem três sílabas,*

a palavra “boneca” é vista como tendo sido *mencionada* pelo locutor e não *usada* por ele, o que configura um caso de autodesignação do signo, exatamente o que caracteriza a *autonímia*. No entanto, Authier-Revuz não reduz esse fenômeno a um emprego *especial* de *menção* em oposição ao seu emprego normal, ou seja, *em uso*. Para ela, o signo autonímico é um outro, que não o signo em uso, e também não o signo em menção. Na passagem do signo comum ao signo autonímico, uma transformação ocorre: de um signo de semiótica simples a um signo de semiótica complexa, ou seja, nasce um novo signo, homônimo do primeiro.

Portanto, a *conotação autonímica* é caracterizada pelo aspecto constitutivamente polissêmico das palavras. Um exemplo claro disso é um enunciado como:

(2) *A Justiça levou em conta o “bom comportamento” dos dois presos,*

em que se atribui a outrem um segundo significado para a expressão aspeada. Já a *modalização autonímica* é da ordem do sentido que os signos adquirem no ato de discurso, no momento próprio da enunciação. Exemplos recorrentes se encontram nos enunciados contendo comentários (as glosas) sobre a menção de algum termo ou expressão, como em:

(3) *As medidas beneficiam diretamente os portadores de necessidades especiais, como costumam ser chamados os deficientes físicos hoje em dia.*

Essa distinção foi decisiva na caracterização das não coincidências do dizer, que se originaram de uma tentativa de sistematização das modalizações autonímicas. A *modalização autonímica* consiste nesse fenômeno cumulativo de uso e menção, assim como a *autonímia*, mas, diferentemente desta, a *modalização autonímica* promove uma ressignificação e, para falar em termos de referente, uma

recategorização, ou seja, uma transformação do referente, aliada a uma modificação complexa da significação. Comparem-se os seguintes enunciados:

(4) (a) A palavra *impeachment* tem 11 letras.

(b) O *impeachment* será julgado pelos senadores.

(c) O *impeachment* da Presidenta Dilma, ou o golpe, para muitos, está sendo decidido.

Os enunciados do exemplo são usadas com propostas diferentes. Em (a), a palavra aparece como menção; em (b), *impeachment* aparece em seu emprego normal de uso. Para Authier-Revuz (1988), a menção das sentenças e das palavras, isoladas de seu contexto é o objeto do estudo da Semântica, enquanto que o objeto de estudo da Pragmática é “o uso das palavras e das sentenças, inseridas em determinado contexto.” (p.13). Já em (c), o que está em jogo não é a menção, nem o uso, mas a ruptura sintática da sentença em forma de uma metarreflexão, que a autora denomina de *modalização autonímica*. No exemplo (c), o sujeito enunciador para, olha e reflete sobre seu dizer, trazendo a presença do outro para sua fala.

A partir dessa constatação, Authier-Revuz elabora sua principal conceituação nos estudos sobre heterogeneidades enunciativas: as não coincidências do dizer. Para nós, esse modo de enunciação revela bem mais do que a presença do outro no fio discursivo, pois entendemos que este tipo de enunciação conduz a um propósito argumentativo.

2.1 AS NÃO COINCIDÊNCIAS DO DIZER

As formas de heterogeneidade mostrada representam uma negociação obrigatória do sujeito falante com a heterogeneidade que o constitui e que ele tem necessidade de desconhecer. Essa negociação assume a forma de uma denegação⁴, na

⁴ Para Freud a denegação consiste em um pensamento oriundo do que foi recalcado, ou seja, do que foi reprimido pelo sujeito, que ascende à consciência sob a forma de uma negação. O que está em jogo na denegação é o ato de o paciente expressar um pensamento ao mesmo tempo em que o nega veementemente. Freud observa que ao negar o paciente já está acolhendo na consciência a ideia que foi rechaçada da consciência, muito embora ele não reconheça o vínculo afetivo ligado ao pensamento negado. Por exemplo, quando o paciente, em determinado momento de sua análise, diz: “eu não odeio a minha mãe”, ao proferir a sentença na forma negativa o paciente permite que o conteúdo representacional da ideia incompatível com a consciência possa se manifestar, na medida em que o afeto foi separado de sua representação sob a forma de denegação, por isso a denegação é um mecanismo de defesa. Ao negar a afirmação, a ideia é revelada e o afeto mantido afastado da

qual, segundo Settineri (2001), a emergência pontual do não-um é mostrada e ao mesmo tempo obturada, isto é, o sujeito movido pela ilusão, necessária, de ser o centro de sua enunciação, e ao mesmo tempo impossibilitado de escapar da heterogeneidade que o constitui, abre, em seu discurso, espaço para o não-um, por um processo que procura mostrar como homogêneo o que é heterogêneo em sua essência. Nesses termos, a falha simplesmente ocorre, restando ao sujeito-falante somente a capacidade de tentar diminuir seus efeitos, remediando, de alguma forma, a lacuna provocada pelo fenômeno. Nas palavras de Settineri (2001), o falante procura obturar a falta que o sistema linguístico apresenta.

Authier-Revuz vai se deter nessa problemática da dupla heterogeneidade sob a forma das não coincidências. O modo pelo qual se manifesta a negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva é estudado pela autora através da modalização autonímica, a propriedade de flexibilidade da linguagem, ou melhor, a capacidade que ela tem de ser sua própria metalinguagem.

As não coincidências do dizer aparecem porque existe no texto mais de uma intenção além da de comunicar. Lacan (1959) afirma que a segunda intenção do discurso como discurso, do discurso que se interroga, que interroga as coisas em relação a si mesmo, em relação a sua situação no discurso que não é mais exclamação, interpelação, grito, é a necessidade de nomeação. É desse pressuposto que vem o corte repentino na ordem linear do texto para a inserção de uma não coincidência do dizer, por uma necessidade de expressão.

Podemos afirmar que as não coincidências do dizer são um tipo especial de heterogeneidade enunciativa construída a partir da modalização autonímica, que realizam, na linearidade enunciativa, um movimento de laçada reflexiva, na qual o enunciado torna-se objeto da própria enunciação, e o resultado disso é a opacificação enunciativa.

As modalizações autonímicas são descritas como fatos de não coincidência, conforme caracterizaremos abaixo, e a heterogeneidade é um princípio constitutivo da linguagem; desta forma, as não coincidências do dizer constituem uma das maneiras de essa heterogeneidade se materializar.

a. **Não coincidência interlocutiva** entre enunciador e destinatário, em glosas que, com estratégias bastante diversas, representam o fato de que uma palavra, uma

consciência. (Para saber mais sobre este assunto, conferir o artigo de Sigmund Freud *A denegação*, de 1925.)

maneira de dizer, ou um sentido não são imediatamente, ou de modo algum, partilhados pelos dois protagonistas da enunciação. Por exemplo, *digamos X; X, passe-me a expressão; X, compreenda...; X, se você quer; X, se você vê o que quero dizer* etc., expressões utilizadas pelo enunciador, na tentativa de reinstaurar a unidade de coenunciação, no ponto em que se sente ameaçado. O locutor pode, ao contrário disso, assumir o ponto de não-coincidência: *X, assim como você ousa dizer; X, sei que você não gosta da palavra; X, como você não diz* etc.

b. **Não coincidência do discurso com ele mesmo**, em glosas que assinalam no texto a presença estranha de palavras marcadas como pertencentes a outro discurso e que, através de um leque completo de relações com o outro, revelam uma “interdiscursividade mostrada”, de uma fronteira interior/ exterior. Por exemplo, quando se diz: *X, como diz fulano; para retomar as palavras de X; X, no sentido que fulano emprega; X, no sentido de tal discurso* etc.

c. **Não coincidência entre as palavras e as coisas**, posta em jogo em glosas que representam as pesquisas, hesitações, fracassos, êxitos, na produção da “palavra certa”, plenamente adequada à coisa. Por exemplo, em: *X, por assim dizer; X, maneira de dizer; como eu diria? X; X, melhor dizendo, Y; X, não, mas eu não encontro palavra; X, é essa a palavra; não há palavra; X, não existe outra palavra* etc.

d. **Não coincidência das palavras com elas mesmas**, em glosas que designam uma recusa (por especificação de um sentido), ou ao contrário uma aceitação (por sua integração ao sentido) dos fatos de polissemia, de homonímia, de trocadilho, etc., como em: *X, em sentido próprio, figurado; X, não no sentido...; X, nos dois sentidos; X em todos os sentidos do termo; X, é o caso de dizê-lo, se ousar dizer* etc.

A classificação da autora se volta inteiramente, como vemos, para as marcas descritíveis proferidas por um sujeito que pensa ser dono de seu dizer, ou seja, o sujeito, ao se deparar com a não coincidência de seu dizer, se retorna a ele e faz um ato de reflexão-metaenunciativa. Para Authier-Revuz, as marcas só podem ser identificadas porque o sujeito tem plena consciência de seu ato enunciativo: ele para, olha, reflete e se distancia do seu dito.

É importante entender que Authier-Revuz (1998:22) agrupa as quatro não coincidências em dois grandes blocos. O primeiro é tomado como parte constitutiva do dialogismo bakhtiniano, pois, segundo a autora, a não coincidência interlocutiva e a não coincidência discursiva “estão inscritos respectivamente na relação com o outro

(inter)locutor e com o outro discurso - são examináveis no quadro do ‘dialogismo’ bakhtiniano.” O segundo é tomado como parte de um real da língua, que emerge do outro exterior teórico convocado pela autora, a psicanálise freudo-laciana, como ela mesma explica:

O mesmo não ocorre com os desvios C e D, que concernem ao ‘real’ da **língua** - como forma, de um lado (não coincidência entre as palavras e as coisas) e como espaço de equívoco (não coincidência das palavras com elas mesmas), de outro -, aos quais a perspectiva dialógica dá espaço em sua abordagem da enunciação. (Authier-Revuz, 1988:23)

A partir desse ponto, nossa ideia é tomar as quatro não coincidências em dois blocos. O primeiro abarcaria as duas primeiras, não coincidência interlocutiva e interdiscursiva, tendo em vista que elas estão no mesmo campo relacional, ou seja, são, em seu âmago, da ordem do apelo dialógico. Authier-Revuz revela que estes dois desvios “estão inscritos respectivamente na relação com o outro (inter)locutor e com o outro discurso”. (1998:23) Neste primeiro bloco, chamaremos a não coincidência interlocutiva e a não coincidência interdiscursiva de **não coincidência entre os discursos**. Neste caso, discurso remete tanto a outro como interlocutor, quanto a um outro tipo de discurso. Isso contempla as duas não coincidências e justificaria a condensação das duas não coincidências do dizer. Outrossim, para a análise que realizamos do nosso exemplário, tomar as não coincidências em bloco, como estamos propondo, é mais produtora e não perdemos de vista a essência da teoria revuziana.

O segundo bloco diz respeito aos desvios c e d, (não coincidência entre as palavras e as coisas e não coincidência das palavras consigo mesmas), que concernem ao ‘real’ da **língua** - como forma, de um lado, e como espaço de equívoco, de outro. Chamaremos essas duas não coincidências de **não coincidência entre os referentes**: *X nos dois sentidos, X como ousa dizer*, etc. Entendemos que as não coincidências entre as palavras e as coisas e entre as palavras e elas mesmas podem ser analisadas numa mesma categoria, porque tratam de um par correlato: as palavras (em termos de significante e significado) e seus referentes. Há uma linha muito tênue separando esses dois aspectos do signo. Não se pode tratar de referentes sem recorrer a significados, por isso acreditamos que seria mais coerente considerar as duas não coincidências como uma só, opondo-a ao grupo anterior.

Assim, propomos a junção destas duas não coincidências, principalmente por acreditarmos que sentido (as palavras e elas mesmas) e referência (as palavras e as coisas) são dois aspectos do signo que precisam ser analisados sempre juntos. A

marcação de um ou outra não irá interferir em nosso processo de análise das funções argumentativas das heterogeneidades.

Feito isso, propomos analisar a importância do uso das formas de não coincidência como funções argumentativas, observando em que medida elas tornam o texto mais persuasivo.

3. AS ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS DAS NÃO COINCIDÊNCIAS DO DIZER

Entendemos a argumentação como estratégias persuasivas inerentes a qualquer texto escrito ou falado. Inúmeros estudos em Linguística Textual e em análises de discurso têm comprovado a importância das escolhas lexicais para os propósitos argumentativos dos locutores. Koch (2004), por exemplo, em pesquisas sobre referenciação, tem advogado em favor da ideia de que as expressões referenciais funcionam como uma espinha dorsal do texto, que permite ao leitor/ouvinte construir, com base na maneira como se encadeiam e remetem umas às outras, um roteiro que o orienta em leituras possíveis projetadas a partir do cotexto. Também Marcuschi (1998, dentre outros trabalhos), sempre negando a neutralidade de qualquer texto, assumia o pressuposto de que apresentar o pensamento de um dado autor não é apenas uma oferta de informações, mas também, e principalmente, uma tomada de posição ante o que se menciona. As escolhas, tanto lexicais, quanto referenciais, quanto organizacionais não são, portanto, apenas estilísticas, mas especialmente interpretativas e avaliativas. Optamos pelo viés argumentativo da Nova Retórica, fundada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Para os autores, assim como para Reboul (2000), a argumentação é um princípio constitutivo de qualquer discurso, já que todo texto tem como fundamento último influenciar, em alguma medida, seus potenciais leitores. Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), encontramos técnicas e modos específicos que garantem o sucesso do objetivo comunicativo. A persuasão acontece em uma dimensão mais ampla, como no uso cotidiano da linguagem nas mais variadas situações sociais, passando pela prática de texto em sala de aula e pela análise e interpretação dos textos que nos são apresentados pela TV, pelo rádio, pelos jornais e revistas etc.

Nosso objetivo geral é mostrar que o viés argumentativo-retórico das marcas de heterogeneidades enunciativas, descritas por Authier-Revuz, são estratégias de persuasão.

3.1 A ARGUMENTAÇÃO RETÓRICA

Argumentar é levar o interlocutor a acreditar em algo e exige que a produção textual leve em conta as condições psicossociais nas quais a argumentação estará inserida, por isso mesmo é que argumentar é, caracteristicamente, um ato sociocognitivo complexo. O ato de argumentar é essencialmente o de buscar convencer o outro, num processo dialético-interacional em que a validade das ideias defendidas é testada, ao passo que se tenta persuadir o interlocutor a aceitar a tese proposta. Entendida desse modo, a argumentação é uma estratégia de interação (tal como previsto em Bakhtin, 2003), por estabelecer um contato intelectual entre um orador (ou qualquer locutor), seu auditório e os ecos dos discursos que circulam no meio social.

O ato argumentativo leva o orador a adaptar-se a seu auditório, o que, no sentido retórico, não quer dizer que o orador renuncie a suas crenças, mas, sim, que ele as exponha, sem, contudo, ferir ou ofender as crenças de seu auditório, as quais podem nem sempre coincidir com as dele. Adaptar-se também se refere a questões linguísticas e discursivas e ao respeito às dimensões socioculturais do auditório.

Para Reboul (2000:47-49), a argumentação retórica ancora neste tripé aristotélico: o *ethos* e o *pathos*, que são da ordem do afetivo, e o *logos*, que é da ordem do racional. Segundo Reboul, o *ethos* “é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório”; já o *pathos* “é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”. O *logos* é, pois, a racionalidade, o texto em si, construído por meio de raciocínios demonstráveis, facilmente dedutíveis, e, segundo os teóricos da argumentação, a parte central do texto, por ser exatamente sua essência, causa, objetivo e finalidade.

É pelo trabalho com o *logos* que, a nosso ver, devem ser verticalizados os estudos que pretendam aliar a construção textual às técnicas argumentativas e manipulatórias. Mas isso não significa dizer que estamos subvalorizando o *ethos* e o *pathos*. Pelo contrário. Como demonstram Charaudeau (2008) e Sukiennik (2008), o *ethos* e o *pathos* são fundamentais na construção do *logos*, pois influenciam no

resultado da argumentação. Por essa razão, a exemplo de como procedem os analistas do discurso, assumiremos aqui as noções de *ethos* e *pathos* como estratégias argumentativas, e não apenas como pressupostos de linguagem. No entanto, dedicamos nossa atenção, neste artigo, ao *logos*, e pleiteamos que um dos recursos de linguagem que podem aumentar a persuasão dos textos são os usos de não coincidência do dizer.

Para Perelman e Tyteca (1996), para que a argumentação seja aceita pelo auditório, há de se estabelecer um acordo prévio: um conjunto de proposições que, explícita ou implicitamente, representam crenças e valores que vão servir de base para as técnicas argumentativas. O acordo é assumido pelos interlocutores. Sem o acordo prévio, a argumentação torna-se impraticável ou infrutífera. Consideramos, no entanto, que, mesmo durante o desenvolvimento da argumentação, o acordo entre locutor e interlocutor estabelecido inicialmente pode ser reafirmado ou redefinido.

Há dois tipos de objetos que servem de acordo prévio: o **real**, que comporta os fatos, as verdades e as presunções, e o **preferível**, que comporta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível.

As verdades, por sua vez, são entendidas como conjuntos ou sistema inter-relacionados de fatos: “designar-se-ão de preferência com o nome de *verdades* sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, quer se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência” (Perelman e Tyteca, 1996: 77). Como fica claro, as verdades, como premissas admissíveis e pontos de partida da argumentação, dependem quase que exclusivamente do conhecimento do locutor sobre seu interlocutor, isto é, para promover a adesão de uma tese a partir de uma verdade, o locutor precisa estar ciente das concepções defendidas pelo interlocutor.

O segundo grupo de premissas do acordo prévio baseados no real são as presunções e, de acordo com Perelman e Tyteca (1996: 79), “todos os auditórios admitem presunções”. A presunção relaciona dois elementos cuja ligação, embora aparente, não é necessária, por exemplo: a presunção de que a qualidade de um ato representa a qualidade da pessoa que o praticou; a presunção de que algo é verdadeiro até que se prove o contrário etc.

A segunda ordem de enunciados que se prestam a objetos do acordo prévio é baseada na estrutura do preferível. Nesse grupo se encontram os valores, as

hierarquias e os lugares do preferível e são mais indicados para argumentações destinadas a auditórios particulares.

Os valores são crenças e, como tais, têm um caráter relativo, mas, em geral, dizem respeito àquilo que deve ser objeto de desejo ou de estima; podem ser concretos ou abstratos. Os valores tidos como concretos estão vinculados a uma pessoa ou a um grupo determinado ou, ainda, a um objeto particular; já os valores abstratos relacionam-se a algumas noções da cultura ocidental, tais como fidelidade, lealdade, solidariedade, disciplina etc. (Perelman e Tyteca, 1996).

Ao selecionar as formas de não coincidência do dizer, o locutor estabelece um acordo prévio no qual pondera sobre as crenças e valores dos interlocutores, a fim de avaliar o que pode soar como ofensivo para as vozes que se posicionam de modo diferente daquilo que ele pensa, e de avaliar também o que pode ser argumentativamente mais eficaz.

3.2 A ARGUMENTATIVIDADE DAS COINCIDÊNCIAS DO DIZER

As observações realizadas até o momento levam à constatação de que, por trás da utilização de modalizações autonímicas, há a expressão de um sujeito que preenche as falhas no discurso-outro, um sujeito agenciador de fendas, que aproveita o momento oportuno da enunciação para se fazer enunciar, para fazer valer a sua opinião sobre o tema tratado.

Entendemos, com isso, que se pode reivindicar uma ampliação dos usos da metaenunciação. Se, na teoria original, o desdobramento metaenunciativo é previsto como um modo de o sujeito-enunciador avaliar um signo, é possível que o conceito possa ser aplicado a manifestações linguísticas superiores, como avaliar todo um enunciado.

Não existe, na literatura sobre o assunto, uma tipologia de funções discursivas que as não coincidências podem desempenhar no texto, de modo a torná-lo mais persuasivo. Por isso, valemo-nos de algumas funções descritas por Charaudeau e Maingueneau (2008) para explicar as funções discursivas que as marcas de não coincidência do dizer (a que eles chamam de marcas “metadiscursivas”) ajudam a realizar. Para os autores, estas marcas apontam para a intenção do enunciador de conseguir a aprovação do coenunciador, podendo também recair sobre a fala deste

para confirmá-la ou reformulá-la (“X, como ousa dizer” “se me permitem dizer”, “para dizer exatamente”, “quer dizer que...”).

Partiremos das seguintes funções de Charaudeau e Maingueneau (2004: 326-7) para a análise do nosso exemplário:

- Autocorrigir-se: eu deveria ter dito, mais exatamente;
- Corrigir o outro: você quer dizer, na realidade, que;
- Marcar a inadequação de certas palavras: se se pode dizer, por assim dizer;
- Eliminar antecipadamente um erro de interpretação: no sentido exato, metaforicamente;
- Desculpar-se: se eu posso me permitir;
- Reformular o propósito: dito de outra forma, em outras palavras.
- Usar o argumento de autoridade.

Entendemos que, a partir dessas funções, que chamaremos de *funções argumentativas*, poderemos estabelecer a relação entre as formas de não coincidências do dizer e o peso da argumentatividade que essas marcas carregam. É o que tentamos mostrar na utilização das não coincidências do dizer em textos de popularização da ciência.

3.3 O DISCURSO DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Authier-Revuz (1988 e 1982) considera que o discurso de vulgarização da ciência corresponde a um discurso segundo em relação ao discurso da ciência. Para a autora, dois discursos podem ser apreendidos daí. O primeiro é o discurso relatado, que ela chama de D2; o segundo é o discurso-fonte, ou D1. Essa posição é absolutamente condizente com o pressuposto teórico da autora, para quem a heterogeneidade enunciativa é constitutivo de todo e qualquer discurso. A reformulação através do discurso relatado é uma modalidade muito particular que estabelece,

no Discurso relatado D2, a *menção* de Discurso fonte D1 e a sua *enunciação*; fazendo de D 1 seu objeto explícito, ela coloca-se imediatamente face a face com D 1, em uma posição dita distanciada que é incompatível com a ideia de uma cópia de D1, quer ela seja produzida por tradução, contração, adaptação ... Assim, se a D.C. se dá por missão transmitir os conhecimentos que figuram em um discurso D 1, sob a forma de um discurso sobre o mundo, não é enunciando, por sua vez, em D2, um discurso do mesmo tipo adaptado ao novo receptor- como é o caso, parece-nos, das enciclopédias e manuais-, mas sim apoiando-se, explicitamente, sobre este discurso D1. Esquemáticamente, a mensagem não é da forma "os genes são ..." mas "X disse/acaba de dizer/diz que os genes são ...". (Authier-Revuz, 1988:110, grifos nossos)

Existe no discurso de popularização da ciência uma “dupla alteridade”. Para Authier-Revuz (1988), essa dupla alteridade que caracteriza o discurso de popularização da ciência não é apenas uma “adição” de dois exteriores, mas um contínuo retorno da relação exterior/interior a seu contrário.

Becker (2013) localiza, no discurso de popularização da ciência, duas definições fundamentais de vulgarização que caracterizam a comunicação entre a ciência e a sociedade. A primeira é postulada por Authier-Revuz (1988) e a segunda é defendida por Jacobi (1985), que postula a existência de um *continuum* de discursos que tematizam a ciência, o qual é constituído pelos discursos científicos primários, pelos discursos didáticos e pelos discursos de educação científica informal, dentre os quais se situa o discurso de vulgarização da ciência.

Segundo Becker (2013), a qualificação depreciativa do processo de comunicação pública da ciência, que integra a própria acepção da palavra “vulgarização”, caracteriza especialmente a concepção postulada por Authier-Revuz, para quem o discurso de vulgarização científica corresponde a uma mediação discursiva e a “uma prática de *reformulação* de um discurso-fonte em um discurso segundo.” (1982:35, grifo da autora).

Para Jacobi (1985) podemos pensar em três tendências que caracterizam o paradigma retórico da popularização da ciência (ou vulgarização da ciência, nos termos do autor) e que estão relacionadas à marcação da alteridade no discurso:

- i) a presença de figuras como a analogia e a comparação que constitui o próprio discurso de popularização da ciência;
- ii) a excessiva recorrência da metalinguagem a fim de favorecer a compreensão do público leigo e
- iii) o emprego de sinais de pontuação como as aspas e os parênteses para marcar as equivalências entre a linguagem especializada e a linguagem ordinária.

Nos textos de popularização vemos a marcação da voz do outro falando por uma outra voz. Os textos de popularização da ciência são importantes, conforme Authier-Revuz (1988:108), porque têm a missão de “fazer penetrar no grande público os novos conhecimentos”, ou seja, colocam “sob forma acessível o resultado das pesquisas científicas”. Segundo Authier-Revuz, a divulgação científica faz-se

necessária na medida em que atende a uma "demanda" social de "divisão do saber", e isso requer um restabelecimento de uma nova comunicação no discurso.

4. AS NÃO COINCIDÊNCIAS DO DIZER COMO MARCAS DE ARGUMENTAÇÃO

Realizamos a leitura dos textos de popularização da ciência que formam o nosso *exemplário* e localizamos 19 eventos de não coincidências do dizer, dos três tipos de não coincidências do dizer da nossa proposta, a saber, as não coincidências interdiscursivas (10 eventos) e não coincidências entre as palavras (09 eventos).

O trecho a seguir pertence ao Texto 1 – O ponto de virada na educação de crianças de até 3 anos, de Maria Paula Zurawski. Nesse texto, a autora defende a tese de que a Educação Infantil precisa se adaptar às especificidades de cada faixa etária, proporcionando a construção de conhecimentos em um ambiente que privilegie a convivência entre os bebês e as crianças pequenas.

(5) O bebê e a criança até 3 anos são "pequenos cientistas", como se diz popularmente. E, de fato, a Educação Infantil oferece oportunidade para que vivam experiências de descoberta do mundo e dos objetos, de construir sentidos para as coisas e para o mundo que os cerca.

Neste exemplo, temos dois tipos de não coincidência do dizer. Em “pequenos cientistas” se dá a não coincidência entre os referentes, pois o locutor aspeia na intenção de mostrar que a expressão utilizada não comporta o sentido que ele quer revelar, deste modo, ele elimina antecipadamente um erro de interpretação: no sentido exato, metaforicamente.

É preciso atentar para o fato de que o enunciador, na não *coincidência entre os discursos*, “como se diz popularmente”, não se assume completamente. O uso da expressão “como se diz popularmente” imprime ao texto uma tentativa de manter o acordo prévio da argumentação: o de manter o diálogo aberto para o debate de ideias e, mais ainda, trazer o interlocutor para o seu lado e conseguir a sua adesão. É como se o locutor pensasse assim: “você compartilha comigo o conhecimento em comum de que as crianças são como cientistas, que experimentam e testam tudo que está ao seu redor”.

Na escolha de certas expressões, em detrimento de outras, o enunciador vai construindo o seu viés argumentativo, em um jogo de esconde-esconde. Ao mesmo tempo em que ele se distancia do seu dizer, no uso de expressões de não

coincidências do dizer, ele se coloca em uma situação de conforto, uma vez que se protege de qualquer acusação ao atrair o auditório para a sua teia.

O trecho destacado abaixo pertence ao Texto 2 – Ensino de História e cultura escolar: resistência no contexto de uma tradição inventada, de José do Padro Ferraz de Carvalho. Neste artigo, o autor problematiza a persistência de uma tradição metodológica no ensino de História no Brasil. O autor defende a tese de que as práticas pedagógicas no ensino de História estão atreladas a uma História factual, linear e progressista, comprometida com uma perspectiva elitista e conservadora de compreensão do que vem a ser nossa identidade nacional.

(6) O objetivo deste artigo não é recuperar a trajetória da disciplina de História nem fazer uma análise da historiografia positivista. Pretendemos indicar traços de permanência de certa tradição à qual devemos atentar ao trabalhar o conhecimento da área em sala. Isso porque a força dessa "tradição inventada" (Hobsbawm & Ranger), como podemos denominar o modelo de narrativa histórica surgido no momento da criação da escola moderna no Brasil, persiste e resiste, apesar das várias propostas de reformas curriculares que caracterizam a escola brasileira moderna.

Neste exemplo, também temos duas ocorrências de não coincidências do dizer. Primeiramente, a não coincidência entre os discursos, “tradição inventada”, revela que o enunciador busca fundamentar-se num discurso outro para fazer-se convencer. É como se dissesse ao interlocutor: “eu emprego um sentido compartilhado por outros pesquisadores anteriores a mim”. Nesse caso, a estratégia argumentativa utilizada é a formação de um argumento de autoridade.

Em “como podemos denominar”, encontramos uma não coincidência entre as palavras, que faz reverberar no texto todos os sentidos que a expressão cunhada por Hobsbawm & Ranger possa ter. Dessa forma, o autor “oferece em espetáculo” o ethos de um sujeito atento ao seu dizer e à presença do discurso do outro no fio do seu discurso. Nos dois casos, a não coincidência do dizer contribui para argumentatividade do texto, modelando os sentidos e obrigando o interlocutor a aceitar o que lhe é proposto, haja vista, que o enunciador marca na linearidade discursiva e existência de outras vozes que, assim como ele, defendem a tese proposta.

Em outra parte do mesmo texto, o autor também sugere a presença de outros discursos no seu enunciado. No entanto, o que se percebe desta vez não é o

abarcamento do discurso alheio ao seu discurso, mas o distanciamento do locutor em relação a seu discurso:

(7) Nessa concepção [do ensino tradicional de História], o conhecimento histórico é entendido como "o passado" e chamado a justificar os desejos do presente, na perspectiva de construção de uma futura sociedade.

É possível, ainda, considerar mais um uso argumentativo das não coincidências no texto de Carvalho:

(8) Esse breve resumo sobre a disciplina de História não deve ser entendido como meramente ilustrativo, e sim como indicativo da construção de uma cultura disciplinar, parte de uma cultura escolar, no interior da qual os professores atuam e são produzidos como profissionais, seja aderindo ou resistindo às práticas socialmente disseminadas, seja atualizando práticas.

A presença da não coincidência entre as palavras (assim a consideramos mesmo que não tenha uma ruptura sintática), “não deve ser entendido como”, revela a intenção do enunciador de especificar um sentido a ser considerado pelo interlocutor. Dessa forma, o locutor tanto “elimina antecipadamente um erro de interpretação” por parte do leitor, como “reformula o propósito” do seu discurso, mostrando, em seguida, como o enunciado deve ser entendido.

Vemos, desta forma, que as não coincidências do dizer exercem mais do que uma função de marcar a presença de outra voz, pois podem assinalar a existência de outro sentido, mostrar que um determinado signo é imperfeito para nomear determinada coisa, propor uma nova nomeação, convocar balizagem teórica exterior, entre muitas outras, conforme Authier-Revuz. Essas funções catalogadas pela autora ou estavam relacionadas à língua, enquanto sistema linguístico – na relação léxico - enunciado - sentido, ou estavam relacionadas ao sujeito – na relação sujeito - língua - sentido. Mostramos que as marcas do outro no fio discursivo, as não coincidências do dizer, são um importante instrumento para a condução argumentativa do sujeito enunciador e que essa aproximação é bastante profícuo nos estudos do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise que empreendemos, observamos que, utilizando-se as marcas das não coincidências do dizer, o locutor é que indica de que maneira cada expressão deve ser interpretada, como deve ser “lida” naquele contexto. A enunciação - bem

como a argumentação - será, pois, o resultado de suas decisões de significados, como que afirmando “eu digo como interpretar”.

Se examinarmos outras ocorrências de coincidências ou não do dizer sob a perspectiva da argumentação, podemos notar o quanto elas se prestam a uma interpretação argumentativa, na medida em que sua inserção na cadeia discursiva tem a função de apontar para uma amarração de sentido na cadeia discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas (SP), n.19, dez. 1990, p.25-42.
2. _____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas/SP: Unicamp, 1998.
3. _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2004.
4. _____. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: des éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. In: DRLAV. Paris: Université de Paris VIII-Vincennes, 1982, n.26.
5. BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Unesp, 1993.
6. _____. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000
7. BECKER, J. P. L. 2013. *O indiciamento de graus de popularização da ciência pela Referenciação e pelo Discurso Relatado*. São Leopoldo, RS. Tese. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 213 p.
8. BRITO, M. A. P. 2010. *Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência*. Fortaleza, CE. Tese. Universidade Federal do Ceará – UFC, 213p.
9. CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
10. FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
11. FONSECA, C. M. V. 2011. *Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer*. Fortaleza, CE. Tese. Universidade Federal do Ceará – UFC, 194p.
12. FREUD, Sigmund. (1900) *A interpretação dos sonhos*, I e II vol. 5. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
13. _____. (1901) *Psicopatologia da vida cotidiana*, vol. 6. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
14. _____. (1905) *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, vol. 8. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

15. JACOBI, Daniel. Sémiotique du discours de vulgarisation scientifique, *Semen* [En ligne], 2 | 1985, mis en ligne le 21 août 2007, consulté le 01 août 2016. URL : <http://semen.revues.org/4291>.
16. KOCH, I.G.V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
17. LACAN, J. (1959-1960) *O Seminário*, Livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.
18. MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. /Texto apresentado no “COLÓQUIO INTERNACIONAL - A INVESTIGAÇÃO SOBRE O PORTUGUÊS EM ÁFRICA, ÁSIA, AMÉRICA E EUROPA: BALANÇO E PERSPECTIVAS” - Berlim, 23-25 de março de 1998/.
19. MILNER, J-C. *Ordres et raisons de la langue*. Paris: Seuil, 1982.
20. REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
21. PERELMAN, C.; TYTECA, O-. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
22. SETTINERI, F. F. *Quando falar é tratar: o funcionamento da linguagem nas intervenções do psicanalista*. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Letras: Porto Alegre, 2001, 136 fls.
23. SUKIENNIK, Claire. Pratiques discursives et enjeux du pathos dans la présentation de l'Intifada al-Aqsa par la presse écrite en France. *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 1 | 2008, mis en ligne le 19 septembre 2008. URL : <http://aad.revues.org/338>.
24. TEIXEIRA, M. *Análise do discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

*Os exemplos retirados de textos da revista Nova Escola encontram-se disponível no endereço eletrônico: <http://revistaescola.abril.com.br>

Abstract: This study aims to propose a rhetorical approach of the linguistic marks of the enunciative heterogeneities, interpreting the noncoincidences of “the saying” in the text. For this study, the chosen theories were Authier-Revuz’s Enunciative Heterogeneities (1982, 1998); Perelman-Tyteca’s New Rhetoric (1996) and Charaudeau and Maingueneau’s Discursive Functions (2004). The chosen analysis criteria were the heterogeneities defined by Authier-Revuz (1982) as shown and marked that appear in the text as noncoincidences. The enunciative heterogeneities play different argumentative roles, but they have not yet been described, so we propose that the noncoincidences can be analyzed from a rhetorical point of view. In order to test this hypothesis, we used a set of examples of 30 articles of popularization of science, collected from the Nova Escola magazine. We concluded that the argumentation varies with the position taken by the speaker in his text, causing him to have to deal with different voices, marked by noncoincidences, to protect himself from the interlocutor’s judgments and become, thus, more persuasive. The steps of the research were defined as follows: we located the excerpts with structures of noncoincidences; we analyzed the discursive context in which they appear and interpreted what their argumentative purpose is.

Keywords: noncoincidences; rhetorical argumentation; popularization of science.